



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS

Lei Orçamentária nº 750/2000,

Araguatins/TO, 08 de dezembro de 2000.

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A
 DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O
 EXERCÍCIO DE 2001.”

O Prefeito Municipal de Araguaatins, Estado do Tocantins, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) – O ORÇAMENTO-PROGRAMA do município de Araguaatins, Estado do Tocantins, para vigência no exercício financeiro de 2001, composto pelas receitas e despesas do Tesouro Municipal e discriminado nos anexos integrantes desta Lei, estima a RECEITA em R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), e fixa a DESPESA em igual quantia.

Art. 2º) – A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

RECEITAS CORRENTES

Receita Tributária	R\$	273.500,00
Receita Patrimonial	R\$	5.500,00
Receita Industrial	R\$	377.000,00
Receita de Serviços	R\$	1.000,00
Transferências Correntes	R\$	6.103.000,00
Outras Receitas Correntes	R\$	40.000,00

SOMA DAS RECEITAS CORRENTES **R\$ 6.800.000,00**

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de Crédito	R\$	400.000,00
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	R\$	60.000,00
Transferências de Capital	R\$	1.620.000,00
Outras Receitas de Capital	R\$	120.000,00

SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL **R\$ 2.200.000,00**

TOTAL GERAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA **R\$ 9.000.000,00**



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS

Art.3º) – A Despesa será realizada de conformidade com o desdobramento de programas e atendendo a seguinte esquematização:

1.1 – DESPESAS POR ORGÃO DE GOVERNO:

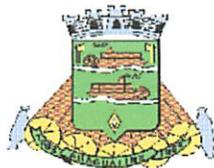
01 - PODER LEGISLATIVO	R\$	240.000,00
02 - PODER JUDICIÁRIO	R\$	12.000,00
03 - PODER EXECUTIVO	R\$	8.748.000,00
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	0,00
TOTAL GERAL		R\$ 9.000.000,00

1.2 – DESPESAS SEGUNDO AS FUNÇÕES GOVERNAMENTAIS:

01 - LEGISLATIVA	R\$	240.000,00
02 - JUDICIÁRIA	R\$	12.000,00
03 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAM.	R\$	935.000,00
04 - AGRICULTURA	R\$	499.000,00
08 - EDUCAÇÃO E CULTURA	R\$	3.142.000,00
09 - ENERGIA E REC.	R\$	860.500,00
10 - HABITAÇÃO E URBANISMO	R\$	363.100,00
11 - INDÚSTRIA, COM.E SERVIÇOS	R\$	93.000,00
13 - SAÚDE E SANEAMENTO	R\$	1.962.000,00
15 - ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	R\$	326.500,00
16 - TRANSPORTE	R\$	849.000,00
9999 - RESEVA DE CONTIGÊNCIA	R\$	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS POR FUNÇÕES		R\$ 9.000.000,00

1.3 – DESPESAS DISCRIMINADAS POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS:

01.00 - CÂMARA MUNICIPAL	R\$	240.000,00
02.00 - FORUM MUNICIPAL	R\$	12.000,00
03.00 - GABINETE DO PREFEITO	R\$	252.000,00
04.00 - SEC.MUN.ADM.COORD. GERAL	R\$	683.000,00
05.00 - SEC.MUN.AGRIC.E ABASTEC.	R\$	499.000,00
06.00 - SEC.MUN.EDUC.CULT.D.LAZE	R\$	491.500,00
07.00 - FUNDEF	R\$	2.000.000,00
08.00 - SEC.MUN.EDUC.CULT.D.LAZE	R\$	650.500,00
09.00 - SEC.MUN.OB.INFRA.M.AMBI.	R\$	81.000,00
10.00 - SEC.MUN.OB.INFRA.M.AMBI	R\$	860.500,00
11.00 - SEC.IND.COMÉRCIO TURISMO	R\$	93.000,00
12.00 - SEC.MUNICIPAL SAÚDE	R\$	1.445.000,00



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS

13.00 - SEMUSA	R\$	467.000,00
14.00 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$	50.000,00
15.00 - SEC.MUN.TRAB.AÇÃO SOCIAL	R\$	326.500,00
16.00 - SEC.MUN.OB.INFRA.M.AMBI.	R\$	849.000,00
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	0,00

TOTAL DA DESPESA POR UNID.ORÇAMENTÁRIA R\$ 9.000.000,00

Art. 4º) – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado nos termos do artigo 7º inciso I da Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964 a abrir Créditos Suplementares até o limite de 100.00% (cem por cento) do total da despesa fixada nesta Lei, visando atender insuficiência dos elementos de despesa constantes nas Funções, Programas, Sub-programas, Projetos e/ou Atividades.

Art. 5º) – Durante a execução orçamentária, o Poder Executivo Municipal e autorizado a realizar OPERAÇÕES DE CRÉDITO, por antecipação da RECEITA até o limite previsto no Artigo 167 da Constituição Federal. Bem assim praticar os atos estabelecidos da Lei de Diretrizes Orçamentárias deste Município.

Art. 6º) – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a tomar as medidas necessárias para compatibilizar as despesas a realização efetiva da Receita.

Art. 7º) – Esta Lei entrará em vigor na data de 1º (Primeiro) de janeiro de 2001, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguatins, Estado do Tocantins, aos 08 dias do mês de dezembro de 2000.

Boleslaw Daroszewski Júnior
Prefeito

João da Cruz Neves da Conceição
Secretário Mul. de Administração
e Coordenação Geral



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS

Lei n.º 751/2000

Araguatins/TO., 08 de dezembro de 2000.

Estabelece condições gerais para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o município de ARAGUATINS/TO, referente ao exercício de 2001 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Araguatins, Estado do Tocantins, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei Orçamentária para o exercício de 2001 será elaborada com as disposições da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Município, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, no que for a ela pertinente, e das disposições contidas nesta Lei.

Art. 2º - As receitas abrangerão a receita tributária própria, a receita patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, resultantes de suas receitas fiscais, nos termos da Constituição Federal.

§ 1º - As receitas de impostos e taxas serão projetadas tomando por base de cálculo os valores médios arrecadados no exercício de 2000, até o mês anterior ao da elaboração da proposta, corrigidos monetariamente até dezembro de 2000, levando-se em conta:

I - a expansão do número de contribuintes;

II - a atualização do Cadastro Técnico.

§ 2º - Os valores das parcelas transferidas pelos governos federal e estadual serão fornecidos por órgão competente da administração dos Governos, até o dia 31 de julho de 2000.

§ 3º - As parcelas transferidas mencionadas no parágrafo anterior são as constantes dos arts. 158, inciso IV, e 159, inciso I, "b", da Constituição Federal.

Art. 3º - As despesas serão fixadas em valor igual ao da receita prevista e distribuídas em quotas, segundo as necessidades reais de cada órgão e de suas unidades orçamentárias, destinando parcela, ainda que pequena, às despesas de capital.

Parágrafo Único - O Poder Legislativo encaminhará até o dia 31 de agosto de 2000 a relação de suas despesas, acompanhada de quadro demonstrativo de cálculos, de modo a justificar o montante fixo.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS

Art. 4º - À manutenção e ao desenvolvimento do ensino será destinada parcela de receita resultante de impostos e transferências, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento).

§1º - Das despesas transferidas pelos governos do Estado e da União, mencionadas no art. 2º, também destinará, à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, parcela não inferior a 25% (vinte e cinco por cento).

§ 2º - Sempre que ocorrer recebimento de dívida ativa proveniente de impostos será destinada parcela de 25% (vinte e cinco por cento) à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Art. 5º - Até a promulgação da Lei Complementar a que se refere o art. 169 da Constituição Federal, o Município não despenderá, com o pagamento de pessoal e acessórios, parcelas de recursos superiores a 60% (sessenta por cento) do valor da receita Corrente consignada na Lei de Orçamento, conforme Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995.

Parágrafo Único - A despesa com pessoal referida no artigo abrangerá:

I - O pagamento de pessoal do Poder Legislativo, inclusive dos agentes políticos;

II - o pagamento de pessoal do Poder Executivo, incluindo-se o dos pensionistas e aposentados.

Art. 6º - As despesas com pessoal referidas no artigo anterior serão comparadas mês a mês, com o percentual de 60% (sessenta por cento) da receita corrente efetivamente arrecadada, através dos balancetes mensais, de modo a exercer o controle de sua compatibilidade.

Art. 7º - A abertura de créditos suplementares ao orçamento dependerá da existência de recursos disponíveis e de prévia autorização legislativa.

§ 1º - Os recursos disponíveis de que trata o artigo são aqueles referidos no art. 43, § 1º, § 2º, § 3º, da Lei nº 4.320/64.

§ 2º - A Lei Orçamentária conterá dispositivos que autorize a abertura de créditos suplementares, operações de créditos por antecipação da receita orçamentária e a correção dos valores das dotações com a instituição de índice que reflita a variação dos preços de setembro/2000 a dezembro/2000.

§ 3º - No decorrer do exercício de 2001, havendo necessidade, a correção se fará a cada trimestre, a contar do mês de janeiro/2001, utilizando-se a mesma forma de correção.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS

Art. 8º - Sempre que ocorrer excesso de arrecadação e este for acrescentado adicionalmente ao exercício, por meio de créditos suplementares e/ou especiais, destinar-se-á, obrigatoriamente, parcela de 25% (vinte e cinco por cento) à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, proporcionalmente ao excesso de arrecadação incorporado ao orçamento, quando proveniente de receita de impostos.

Art. 9º - Aos alunos do ensino fundamental obrigatório e gratuito da rede municipal, será garantido o fornecimento de material didático-escolar, transporte, suplementação alimentar e assistência à saúde.

§ 1º - A garantia referida no artigo não exonera o Município da obrigação de assegurar esses direitos aos alunos da rede estadual de ensino, mediante convênios celebrados com a Secretaria de Estado da Educação.

§ 2º - A despesa com suplementação alimentar e assistência à saúde poderá ser computada para satisfazer o percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do art. 212 da Constituição Federal.

Art. 10 - Quando a rede oficial de ensino fundamental e médio for insuficiente para atender à demanda, poderão ser concedidas bolsas de estudos para o atendimento suplementar pela rede particular local, ou da localidade mais próxima.

Art. 11 - A manutenção de bolsa de estudo é condicionada ao aproveitamento mínimo do bolsista, estabelecido em lei.

Art. 12 - Não serão concedidas subvenções sociais a entidades que não sejam reconhecidas como utilidade pública e que não dediquem suas atividades ao ensino e/ou saúde.

Parágrafo Único - Só se beneficiarão de concessões de subvenções sociais as entidades que não visem lucros e que não remunerem seus diretores e estejam cadastradas na entidade concedente.

Art. 13 - A Lei de Orçamento garantirá recursos aos programas de saneamento básico e de preservação ambiental, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

Art. 14 - A Lei Orçamentária só contemplará dotação para início de obras, após a garantia de recursos para pagamento das obrigações patronais vincendas e dos débitos para com a Previdência Social decorrentes de obrigações em atraso.

Art. 15 - Os órgãos da administração descentralizada que recebam recursos do Tesouro do Município apresentarão seus orçamentos detalhados e acompanhamento de memorial de cálculo que justifiquem os gastos, até o dia 31 de julho de 2000.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS

Art. 16 - Só serão contraídas operações de crédito por antecipação de receitas, quando se configurar iminente falta de recursos que possam comprometer o pagamento da folha em tempo hábil.

§ 1º - A contratação de operações de crédito para fim específico somente se concretizará se os recursos forem destinados a programas de excepcional interesse público, observados os limites contidos nos arts. 165 e 167, inciso III, da Constituição Federal.

§ 2º - Em qualquer dos casos a contratação de operações de crédito dependerá de prévia autorização legislativa.

Art. 17 - As compras e contratação de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório, quando exigível, nos termos das Leis nºs 8.866/93, 8.883/94, 9032/95 e 9648/98, com estrita observância do art. 5º.

Art. 18 - Nos casos de despesas provenientes de convênios com órgãos de outros níveis de governo, o orçamento deverá prever a contrapartida que cabe ao município.

Art. 19 - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 20 - O Prefeito Municipal, durante a vigência deste orçamento, no interesse da administração, visando aprimorar e dar mais segurança na liquidação de seus compromissos, poderá autorizar diretamente aos estabelecimentos bancários, a efetuar pagamentos de pessoal, fornecedores e prestadores de serviços, em cumprimento das obrigações financeiras resultantes de convênios e contratos, bem como as transferências destinadas ao custeio e manutenção da Câmara Municipal.

Art. 21 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeito Municipal de Araguatins, Estado do Tocantins, aos 08 dias do mês de dezembro de 2000.

Boleslaw Daroszewski Júnior
Prefeito Municipal